

Sexta Turma decide que assédio sexual pode ser caracterizado entre professor e aluno

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, entendeu que o crime de assédio sexual – definido no [artigo 216-A](#) do Código Penal (CP) e geralmente associado à superioridade hierárquica em relações de emprego – pode ser caracterizado no caso de constrangimento cometido por professores contra alunos.

[\(STJ, 09/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

No voto seguido pela maioria, o ministro Rogério Schietti Cruz destacou que, embora não haja pacificação doutrinária e jurisprudencial acerca do tema, é preciso considerar a relação de superioridade hierárquica entre professor e aluno, nas hipóteses em que o docente se vale da sua profissão para obter vantagem sexual.

“Ignorar a notória ascendência que o mestre exerce sobre os pupilos é, equivocadamente, desconsiderar a influência e, mormente, o poder exercido sobre os que admiram, obedecem e, não raro, temem aquele que detém e repassa o conhecimento”, afirmou Schietti.

O caso

Segundo o processo, o réu, em 2012, ao conversar com uma aluna adolescente em sala de aula sobre suas notas, teria afirmado que ela precisava de dois pontos para alcançar a média necessária e, nesse momento, teria se aproximado dela e tocado sua barriga e seus seios.

Em primeira instância, o acusado foi condenado a um ano e quatro meses de detenção mais multa, pela prática do delito descrito no artigo 216-A, parágrafo 2º, do CP. A sanção foi substituída por pena restritiva de direitos.

A defesa apelou, e o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) deu parcial provimento ao recurso para reduzir, de um terço para um sexto, a fração de aumento pela majorante aplicada em virtude de ser a vítima menor de 18 anos. Com isso, a pena final foi estabelecida em um ano e dois meses de detenção.

No recuso ao STJ, o professor alegou que não foi comprovada a intenção de constrangimento com fins de obter vantagem ou favorecimento sexual e que a aluna nem precisava dos pontos para aprovação na matéria.

Ele afirmou ainda que o crime de assédio sexual não poderia ser considerado no caso, pois não havia relação hierárquica com a suposta vítima.

Exemplo de conduta

Em seu voto, o ministro Schietti sustentou que o vínculo de confiança e admiração entre professor e aluno pressupõe inegável superioridade, capaz de “alterar o ânimo da pessoa

perseguida”.

“Revela-se patente a aludida ‘ascendência’, em virtude da ‘função’ – outro elemento normativo do tipo –, dada a atribuição que tem a cátedra de interferir diretamente no desempenho acadêmico do discente, situação que gera no estudante o receio da reprovação.”

Para fundamentar a tese que prevaleceu no julgamento, o magistrado citou o texto original da Lei 10.224/2001, que incluiu no CP o artigo 216-A, cujo parágrafo único estendia o conceito de assédio sexual para os atos cometidos “com abuso ou violação de dever inerente a ofício ou ministério”.

Schiatti ressaltou que, embora o texto tenha sido posteriormente vetado para evitar *bis in idem* (duplicação de punição por situações já previstas no artigo 226 do CP), “é notório o propósito do legislador de punir aquele que se prevalece da condição como a narrada nos autos para obter vantagem de natureza sexual”.

“Faço lembrar que o professor está presente na vida de crianças, jovens e também adultos durante considerável quantidade de tempo, torna-se exemplo de conduta e os guia para a formação cidadã e profissional, motivo pelo qual a ‘ascendência’ constante do tipo penal objeto deste recurso não pode se limitar à ideia de relação empregatícia entre as partes”, disse o ministro.

O número deste processo não é divulgado em razão de segredo judicial.

[Grupo quer ampliar participação de mulheres na política](#)

Raps afirma que é preciso superar barreiras culturais, pois desafio vai além de recursos para candidaturas e cotas partidárias

[\(Estadão, 08/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A ampliação da participação feminina na política é um desafio que vai além de recursos para candidaturas e cotas partidárias. Para **Mônica Sodré**, diretora executiva da Rede de A o Política pela Sustentabilidade (Raps),   preciso estimular as mulheres a participar da política de forma institucional, já que, culturalmente, elas não são encorajadas a ocupar esses espaços.

Esse foi um dos temas do seminário **[Desafios da Democracia no Brasil: Inova o e Representa o num Mundo Hiperconectado](#)**, realizado pela Raps e pelo Estado, no Senado, em Brasília. A Raps   uma organiza o não-governamental que busca contribuir com a melhora da democracia e formar novas lideranças políticas. Uma das lideranças ligadas ao grupo   a deputada T bata Amaral (PDT-SP).

“Temos um compromisso de estimular que mais mulheres participem da política institucional, reconhecendo que esse   um grupo que não foi criado para esses espaços”, disse. “  muito

difícil que uma mulher se acredite candidata sem que isso venha acompanhado de trabalho social progresso: só depois de trabalho social de anos uma mulher se convence de que poderia estar ocupando espaço de representação.”

Segmentos. Uma das preocupações do grupo, disse a diretora, é estimular a diversidade na formação de lideranças. Neste ano, por exemplo, 40% das inscrições abertas anualmente pelo grupo foram de negros e pardos - a diretora reconhece, no entanto, que essa fatia ainda não reflete a participação efetiva da população. Da mesma forma, também há dificuldades para atrair mulheres.

“Numa sociedade tão desigual quanto a nossa, e que traz aspectos historicamente ligados ao machismo, nem sempre os homens veem com bons olhos que sua esposa ou namorada se aventurem numa candidatura”, disse Mônica Sodré. “Obviamente estamos muito mais sujeitas a assédio do que homens no mesmo papel.”

Outro aspecto que dificulta a participação de mulheres é o financiamento das candidaturas. “No modelo de financiamento atual, cada partido decide sobre a divisão de recursos. Se o partido entende que um candidato é menos viável, ele recebe menos dinheiro, e, para as mulheres, isso é particularmente sensível”, disse Sodré.

A Lei Eleitoral determina uma cota de gênero entre as candidaturas: ao menos 30% das vagas devem ser preenchidas por um dos sexos - historicamente, as mulheres são minoria.

Foi a criação do fundo eleitoral que abriu a possibilidade de que as mulheres conquistassem mais verbas públicas para as campanhas femininas. Na primeira eleição com mais recursos, houve um aumento na representação das mulheres na Câmara: 77 foram eleitas em 2018, o que representa 15% da Casa. Na legislatura anterior, eram 51,10% do total. Das deputadas que assumiram o mandato este ano, 43 ocuparam o cargo pela primeira vez.

Por Anne Warth

[Faculdade de direito da USP muda aulas para ouvir voz de mulheres](#)

Pesquisa detectou entraves à participação feminina em sala; professoras são 17% do quadro, e alunas, 40%

[\(Folha de S.Paulo, 07/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

“Eu sentia que a gente falava e não repercutia. Não tinha eco em sala de aula.” “Eu me questionava: será que falei algo tão fora pra não ser nem debatido?”

“Eu sabia que era uma aluna mais quieta, apesar de parecer contraditório, porque queria seguir carreira acadêmica. Quando vim dar aula aqui, tomei consciência de que não era só comigo.”

Os relatos das pós-graduandas Cecilia Almeida, 26, e Lívia Guimarães, 32, e da professora Sheila Cerezetti, 35, mostram as percepções que as levaram a mergulhar no dia a dia das aulas da [Faculdade de Direito da USP](#). O objetivo era entender como o fato de o estudante ser homem ou mulher influenciava as suas interações na sala.

Os resultados foram publicados em livro no início do ano e, em poucos meses, geraram uma profunda transformação na [faculdade do Largo de São Francisco](#), em São Paulo, que completa 192 anos.

Levaram a ações afirmativas como criação de novas disciplinas, mudanças em bibliografias e postura de professores e novas regras em concursos de seleção docente.

A pesquisa feita por Sheila, Cecilia e Lívia contou com mais dez colegas, nove mulheres e um homem. Por quatro meses, o grupo observou aulas e entrevistou estudantes.

O estudo confirmou o que antes era uma sensação. Alunas da São Francisco participam menos que os homens —e as que estão perto de se formar participam ainda menos.

Durante a pesquisa, foram presenciados episódios de sexismo e desrespeito explícito, inclusive de alunos com professoras. Mas o que mais chamou a atenção foi que o déficit de [participação feminina](#) se manifestava muito mais por gestos e discursos sutis.

É o caso dos exemplos usados em sala de aula, quase sempre com protagonista masculino. A pesquisa resalta que, no direito, as figuras do “homem médio” e do “bom pai de família” são usadas para indicar padrões de retidão. “Por outro lado, a menção às mulheres ocorre geralmente em papéis de ‘mãe’, ‘concubina’, ‘golpista’ etc.”

“Tem situações sutis em que, se você não se impõe, acaba se anulando. Como quando você pergunta algo e o professor ignora, ou quando o colega te interrompe para explicar o que você está dizendo”, diz a aluna Leticia dos Santos.

Outro exemplo, conta sua colega Vitória Gonçalves, 21, é quando a aluna leu os textos previstos para a aula, mas um colega que claramente não o fez muda a discussão para um autor fora da bibliografia.

Leticia e Vitória integram um grupo de debates que, desde agosto, reúne cerca de 15 alunas toda semana. Elas trabalham no desenvolvimento de técnicas argumentativas e de aspectos psicossociais, como autoconfiança.

A forma dissimulada como a desigualdade de gênero aparece na faculdade levou a pesquisa a caracterizá-la como parte de um “currículo oculto”.

O conceito, levado ao título da publicação (“Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?”), designa conteúdos que não estão na grade oficial, mas ainda assim são transmitidos.

Contribui para isso, conclui o estudo, a composição do corpo docente. Os homens são 126 dos 152 professores da São Francisco (83%) e 36 dos 40 titulares (90%).

A menor presença de mulheres em cargos de poder do meio já havia sido apontada por outros levantamentos. Elas são 49% dos advogados, mas só 34% dos juízes que ingressaram na

carreira de 2010 a 2018, segundo a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros).

No caso das alunas de direito na USP, a proporção costuma ficar próxima de 40% de mulheres. Um dado deste ano, porém, acendeu um alerta. [Na seleção via Fuvest](#), elas são 45% das aprovadas. No entanto, pelo Sisu (Sistema de Seleção Unificada), onde estão 80% das vagas de cotas, o percentual é de 39%.

Ao investigar a discrepância no corpo de professores, uma explicação surgiu, conta o diretor Floriano de Azevedo Marques Neto. Percebeu-se que um obstáculo à inscrição de mulheres era o fato de a idade de conclusão do doutorado coincidir com aquela em que muitas têm filhos.

Diante disso, a faculdade decidiu em junho que, quando um concurso tiver uma candidata grávida ou que tenha acabado de ter filho, a vaga deve ser congelada por um ano. A direção criou também uma comissão de combate ao preconceito e uma ouvidoria para questões de gênero.

Faltava demarcar a nova agenda no espaço. Das salas de aula com nomes de antigos professores, todas homenageavam homens, retratados em quadros a óleo. Um grupo de professoras então se juntou para reivindicar uma sala com nome da jurista [Ada Pellegrini Grinover \(1933-2017\)](#). O espaço, em reforma, terá retrato da processualista.

A pesquisa também foi discutida em encontros de formação que vêm ocorrendo desde o ano passado e levou a mudança de postura de docentes. Professora da faculdade há 17 anos, Nina Ranieri conta que antes não notava de forma explícita o déficit de participação, tão concentrada que ficava na aula. Mas ao sair o estudo o percebeu com clareza. “Foi como se caísse um véu”, descreve.

Coordenadora da Cátedra Unesco de Direito à Educação, ela conta que passou a saudar a classe com “bom dia a todos e todas” e a se abrir para compartilhar mais experiências pessoais em grupos menores, para criar um clima mais aberto ao diálogo.

Professor de direito constitucional, Conrado Hübner Mendes diz que também passou a ficar atento à questão e a estimular dinâmicas que incentivem a fala e a escuta. Também criou a disciplina optativa Direito e discriminação, que investiga o tema também em relação ao gênero. “A pesquisa é um marco”, diz. “Tem potencial para revolucionar o ensino jurídico.”

Seu colega Flávio Roberto Batista foi outro que decidiu mudar práticas. Na disciplina de seguridade social que leciona, colocou só mulheres na bibliografia. Ele conta que informou a medida à sala no início do semestre e notou engajamento maior das alunas.

A constatação vai ao encontro de uma das conclusões da pesquisa: as estudantes tendem a interagir mais na aula quando a questão de gênero é pauta. Outras condições favoráveis são o comportamento do professor, aberto ao diálogo, e a configuração de grupos menores para determinadas atividades.

Por outro lado, a pesquisa mostrou que, se o incentivo à participação vira uma espécie de pressão, pode ter o efeito contrário, de inibir alunas.

Coordenadora do estudo, Sheila aponta que a pesquisa teve o cuidado de não culpá-las nem atribuir o resultado a traços de personalidade. E que o objetivo não é impor um padrão de alta participação, mas sim retirar barreiras.

[França lança três meses de debates para combater feminicídio e violência conjugal](#)

Desde o início do ano, 101 mulheres foram vítimas de seus companheiros ou ex-companheiros, contra 121 casos registrados durante o ano de 2018.

[\(G1, 03/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A [França](#) inicia nesta terça-feira (3) um ciclo de debates de três meses sobre a violência doméstica. O fórum, intitulado “Grenelle da violência conjugal”, reúne ONGs de defesa dos direitos da mulher, especialistas de áreas multidisciplinares (polícia, justiça, família, infância) e familiares de vítimas.

Associações não governamentais evocam uma “situação de emergência” e reivindicam mais verbas para combater as agressões e o feminicídio no país.

O jornal Libération traz o número 100 na capa, enorme, em vermelho. Assim, a imprensa francesa chama a atenção para a urgência em combater o feminicídio no país. Desde o início do ano, 101 mulheres foram vítimas de seus companheiros ou ex-companheiros, contra 121 casos registrados durante o ano de 2018.

Na Europa, a França é o segundo país mais afetado pela violência conjugal depois da [Alemanha](#). As associações que atuam no setor dando apoio às vítimas pedem um orçamento de € 500 milhões, ao invés dos € 79 milhões empenhados atualmente, para combater esse tipo de violência. Elas estimam que é necessário aumentar as vagas nos alojamentos de emergência, pedem a criação de tribunais especializados e treinamento de policiais nas delegacias para receber as queixas.

A centésima vítima de feminicídio foi uma jovem de 21 anos residente em Cagnes-sur-Mer (sul). Ela foi violentamente agredida em plena rua no último sábado (31), na entrada do prédio onde morava com seu companheiro de 26 anos.

Uma vizinha telefonou à polícia para alertar sobre o caso. Essa testemunha ocular tentou, junto com seu filho, interferir para conter o massacre, mas foi ameaçada pelo agressor. “Ele pulava em cima dela como se estivesse num trampolim”, relatou.

Quando os policiais chegaram ao local, não encontraram mais o casal. No dia seguinte, o corpo

da mulher foi encontrado enrolado em um tapete sob sacos de lixo abandonados nas proximidades do prédio. O companheiro, principal suspeito, foi detido no domingo (1), mas nega a violência. Uma investigação administrativa foi aberta para apurar se houve negligência da polícia.

Poucos dias antes deste centésimo crime, no dia 28, um ato foi organizado diante da Prefeitura de Paris em memória de mulheres mortas pelos companheiros ou ex-companheiros. Uma outra ação, no dia 6 de julho, pediu “medidas rápidas e concretas” às autoridades.

Em resposta, a secretária de Estado da Igualdade entre Mulheres e Homens, Marlène Schiappa, lança hoje o grande debate nacional. A data escolhida faz referência a uma linha telefônica de emergência existente - 3919 -, criada há algum tempo para que mulheres vítimas de violência possam pedir ajuda.

Durante o ciclo de debates, autoridades de diferentes ministérios devem se reunir na sede do Ministério do Interior, junto com ONGs e familiares de vítimas, para discutir ações contra o feminicídio. Outras 91 reuniões estão programadas em toda a França, para tentar frear esse mal que a cada ano atinge cerca de 220 mil mulheres, matando mais de uma centena entre elas. A iniciativa vai durar até 25 de novembro, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.

Solução depende de envolvimento da sociedade

Entrevistada pelo jornal *Aujourd’hui en France*, a secretária de Estado Marlène Schiappa defende punições mais severas contra os agressores. “Os feminicídios só vão diminuir se toda a sociedade se implicar”, declarou ela durante um encontro na sede do jornal.

O jornal *Le Figaro* evoca o caso da [Espanha](#), onde, desde 2004, uma lei de proteção foi aprovada por unanimidade pelo Parlamento. Em 2019, segundo associações espanholas, 42 mulheres morreram por causa da violência conjugal. País patriarcal, ainda sob forte influência da ditadura franquista, a Espanha começou a se conscientizar do problema em 1997. Uma mulher foi à TV falar da violência sofrida pelo marido alcoólatra. Alguns dias depois, ele cobriu o corpo dela com gasolina e a queimou viva no jardim.

Le Figaro também lembra que as crianças são vítimas esquecidas de dramas conjugais. Às vezes são mortas por vingança, ou ficam traumatizadas pelos golpes e insultos contra a mãe, além de serem instrumentalizadas para fazer pressão entre os pais. Apenas em 2018, 21 crianças foram vítimas colaterais fatais dessas situações, quase duas por mês.

Por RFI

[Joênia Wapichana, a voz indígena no](#)

Congresso em meio à crise na Amazônia

A primeira mulher indígena na Câmara, eleita deputada federal pelo Estado de Roraima, integra grupo de parlamentares que pede a destituição do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pelos incêndios na floresta brasileira

(El País, 31/08/2019 - acesse no site de origem)

Na Câmara dos Deputados, os parlamentares mais velhos e as mulheres têm preferência para escolher o gabinete. Os primeiros, em deferência à idade. Em relação às segundas não está tão claro. O fato é que Joênia Wapichana (1974) não hesitou um instante. A primeira mulher indígena que se senta no Congresso federal escolheu o gabinete 231 em homenagem ao artigo da Constituição mais importante para ela e os seus, o que “reconhece a organização social, os costumes, as línguas, os credos e as tradições dos índios, assim como seus direitos originais às terras que tradicionalmente ocupam. A União tem a responsabilidade de demarcar essas terras, proteger e garantir o respeito de todos os seus bens”.

Wapichana, que costuma usar vistosos brincos de penas coloridas e tem o sobrenome de sua comunidade, como é hábito entre os líderes indígenas, está ciente do peso histórico e político da cadeira que conquistou em outubro do ano passado. Foi nas eleições em que seus compatriotas elegeram como presidente [Jair Bolsonaro](#), que pretende autorizar a exploração de minérios em terras indígenas para impulsionar a economia e assimilar seus habitantes. Agora, em plena crise dos [incêndios na Amazônia](#), Wapichana pede, ao lado de outros congressistas, perante o Supremo Tribunal Federal, a demissão do ministro do Meio Ambiente, [Ricardo Salles](#), por sua responsabilidade no desastre.

A deputada não gosta de rodeios e nem de perder tempo. Vai direto ao assunto, como os executivos de grandes empresas ou outras mulheres que compatibilizaram a universidade com a criação dos filhos. Essa advogada de cabelos e olhos cor de azeviche que fez mestrado no Arizona renunciou a uma confortável carreira de funcionária pública para defender as comunidades indígenas. Foram as do seu estado, Roraima, que a encorajaram. Queriam ter voz própria diante do poder em Brasília. A Constituição é a principal arma que Wapichana esgrime diante de um Governo que, enfatiza em seu gabinete, quer atropelar os direitos indígenas. Até hoje o único indígena entre os ilustres membros do Congresso era um cacique, Mário Juruna. Eleito nos anos 80, é lembrado por esse marco histórico e porque ia aos gabinetes com um gravador, para que as palavras dos brancos ficassem registradas, pois mentiam com frequência.

Wapichana, como outras pioneiras de culturas muito diferentes e países muito distantes, é filha de uma mãe sem estudos que batalhou para que seus filhos fossem à escola. Como não havia nenhuma na comunidade, a senhora Anuzia deixou para trás o marido para se instalar com as crianças da cidade, em [Boa Vista, na fronteira com a Venezuela](#). Não se lembra do que pensou na primeira vez que pisou no asfalto. Durante as férias escolares, Wapichana retornava à comunidade, onde se vive da terra graças à pesca, à caça, à coleta de frutas..., muito diferente da cidade, onde tinham de pagar a casa, as roupas, a comida, a luz, o carro... Mesmo que aos 17 anos precisou cuidar do filho recém-nascido de uma irmã que morreu, ela conseguiu ir à universidade. Com muito trabalho, disciplina de ferro e uma excelente memória que atribui à cultura oral que seu povo pratica, ela se formou em Direito sem bolsas de estudos ou cotas,

como enfatiza. Só mais tarde soube que era a primeira advogada indígena. Naqueles anos teve seus dois filhos. Um capítulo de sua vida sobre o qual deixa claro que não gosta de se estender. A vida de Wapichana começou como a de muitos indígenas do Brasil, sem que ninguém a registrasse.

Os 800.000 indígenas atuais, que representam 0,6% dos brasileiros, vivem em terras que cobrem 14% do vasto território nacional. Mas esses dados frios ocultam uma realidade que Wapichana e os ambientalistas consideram fundamental. Por isso, na porta do gabinete parlamentar 231, um cartaz explica em duas frases: “Dizem que a terra dos Yanomami é muito grande e tem poucos índios. Mas [esses poucos índios protegem o planeta inteiro](#)”. O modo de vida indígena é, de acordo com especialistas, uma das maneiras mais eficazes de preservar a floresta, a flora e a fauna para que continuem absorvendo o CO2 das indústrias, das vacas e dos aviões... e resfriando a atmosfera para deter o aquecimento. global

A prioridade de Wapichana, também a primeira indígena a defender um caso perante o Supremo, é evitar um retrocesso nos direitos adquiridos, mas ela não quer se estabelecer no não, ficar apenas na defensiva. Propõe um modelo de desenvolvimento sustentável enquanto defende com firmeza os direitos dos indígenas, os direitos humanos em geral, os direitos das mulheres, a educação e a saúde, a energia limpa... Chegou ao Congresso pela Rede, partido da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Wapichana também é produto de uma das sofisticadas incubadoras de novos políticos que prometem renovação no Brasil. Como o resto dos eleitos formados pela [plataforma para lançar novos perfis políticos RenovaBR](#), sua biografia é parte essencial de seu capital político.

Por Naiara Galarraga Gortázar

[Nos livros, elas são “lindas” e “encantadoras”. Eles, “corajosos” e “racionais”](#)

Sistema baseado em inteligência artificial examina mais de três milhões de livros para analisar a linguagem usada para descrever homens e mulheres

[\(El País, 30/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Foram 11 bilhões de palavras examinadas em mais de três milhões de livros que mostraram que a linguagem usada em romances, durante mais de cem anos, é [sexista](#). Um grupo de cientistas da Universidade de [Copenhague](#) realizou um descomunal trabalho de campo no qual analisou de forma maciça textos escritos em inglês em livros publicados entre 1900 e 2008. O que foi analisado exatamente? A correlação entre gêneros e qualificativos em busca de um padrão: o tratamento diferente entre mulheres e homens em textos escritos.

O estudo utilizou um sistema baseado em [inteligência artificial](#) e aprendizagem de máquina

para analisar palavra por palavra as obras publicadas nesse período e concluir que o tratamento dado a mulheres e homens é abertamente sexista. A análise conclui que as mulheres recebem apenas qualificativos relacionados ao seu físico, enquanto para os homens as referências se concentram principalmente em sua força e personalidade. Os atributos negativos relacionados ao físico e à aparência nestas obras são observados até cinco vezes mais nas mulheres do que nos homens. Entre as palavras mais usadas para descrever as mulheres estão “bonita”, “encantadora”, “linda”, “sexy”, “solteira”, “fértil” ou “sofisticada”. Para eles, os adjetivos mais frequentes são “justo”, “pacífico”, “racional”, “honrado”, “brutal” e “corajoso”.

“Esse sistema pode reduzir o sexismo em mais áreas”

“Não somos os primeiros a confirmar o sexismo da linguagem”, explica Alexander Hoyle, um dos coautores do estudo, ao EL PAÍS, “mas os sistemas computacionais nos permitem corroborar essas suspeitas em grande escala”. O cientista descreve o modelo computacional criado como “leve”, embora reconheça que um esforço considerável foi feito para “estabelecer as diferentes hipóteses e criar os modelos”.

O estudo, no entanto, não serve apenas como confirmação do sexismo aplicado maciçamente à linguagem, mas para “identificar e revelar novas áreas em que está sendo usado”, explica Hoyle. O autor se refere ao uso desses mecanismos em outras áreas de forma automática e assim alertar para essa manipulação da linguagem: “Por exemplo, o aplicativo Textio pode alertar se uma vaga de emprego prioriza candidatos masculinos”, destaca o norte-americano.

O estudo em grande escala se refere a livros publicados há mais de cem anos e até 2008. Por que é relevante, então, agora? Se poderia pensar que as obras contemporâneas são mais respeitadas no tratamento dos gêneros, mas, na verdade, essa realidade não resolveria um grave problema: os [algoritmos](#) aprendem com os textos já escritos e publicados, assim um sistema pode considerar bom um padrão que se repete várias vezes (por exemplo, aqueles relacionados à beleza e à mulher) e assimilá-los em sua execução atual.

Essa realidade estaria refletida nos atuais sistemas baseados em inteligência artificial, que assentam sua estrutura em padrões contaminados por esse sexismo. “[Os algoritmos se baseiam em padrões](#)”, explica Isabelle Augenstein, professora de ciência da computação e coautora do estudo. “Se esses padrões se baseiam no uso sexista da linguagem, o resultado estará contaminado”, acrescenta. No entanto, o modelo apresentado tem suas limitações (não é capaz de discriminar entre tipos de livros) e a equipe continua trabalhando para aperfeiçoá-lo.

Por José Mendiola Zuriarrain

[Grávida, ela teve hemorragia e foi presa no](#)

hospital, acusada de aborto

Em 2014, a paciente S. deu entrada com fortes dores em um hospital em Marília, interior de São Paulo. Ela estava grávida e foi atendida pelos médicos. Horas depois, saiu presa em flagrante sob acusação de ter feito um aborto.

[\(Univesa, 29/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

De lá para cá, foram anos em busca de uma indenização pelo constrangimento. A paciente não quis dar entrevista para Univesa, mas a reportagem teve acesso às idas e vindas do processo que envolveu Ministério Público e a Justiça de São Paulo. Na última segunda (19), ela venceu a ação de danos morais contra o hospital. A Justiça ordenou pagamento de uma indenização de R\$ 5 mil.

Ela chegou na emergência com dores, febre e taquicardia, de acordo com o processo obtido por Univesa. Os médicos, então, desconfiaram que a paciente tinha ingerido medicamentos para provocar o aborto.

Além de perder filho., S. foi presa em flagrante por policiais e liberada somente no dia seguinte, por ordem da Justiça. O inquérito policial afirmou que o aborto teve causas espontâneas.

No Brasil, aborto é crime de acordo com código penal. A mulher que faz isso propositalmente pode ser presa por até três anos. O profissional que for conivente ou ajudá-la a praticar, pode ser preso por até quatro anos. A interrupção da gestação é permitida somente em casos de risco à vida da mãe, estupro e de fetos anencéfalos.

Arquiva, desarquiva

O Ministério Público pediu arquivamento do processo de S. em 2015, após concluir que as investigações não constataram crime.

A defesa pediu que o caso fosse reaberto em 2017, e a vítima fosse ressarcida por ter sido divulgada como uma “criminosa”. Os advogados tentaram processar os médicos, mas a ação não foi aceita pela Justiça. Atendendo a um pedido da defesa, o caso foi reaberto novamente.

Só na última segunda (19), cinco anos depois do ocorrido, os desembargadores da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo concluíram que o caso necessitaria de uma reparação financeira.

O desembargador Maurício Fiorito avaliou uma quebra de sigilo entre o médico e a paciente neste caso. O magistrado destacou que o Código de Ética Médica veda a divulgação de informações privadas do paciente que possam causar uma investigação suspeita de crime.

“A julgar tão somente pela constatação de quebra de sigilo profissional, entendo ser devida a condenação da autarquia ré ao pagamento de indenização por dano moral”, completou o desembargador

Mesmo vedado, médicos ainda formam maioria de denúncias por aborto

Apesar da decisão, não é incomum que mulheres com complicações na gestação sejam denunciadas por médicos sob suspeita de aborto. Em São Paulo, a maioria das denúncias por aborto é feita pelos próprios profissionais.

Para preservar o segredo médico, o Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) proíbe denunciar qualquer caso de aborto à polícia. Isso só deve acontecer caso possa proteger terceiros, como uma criança que sofra violência física, ou em casos autorizados pela paciente. O parecer foi reforçado após um médico de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo, acionar policiais para prender uma paciente que abortou intencionalmente em 2015.

O Cremesp não informou se os médicos envolvidos na prisão de S. — um pediatra e uma ginecologista — foram investigados ou punidos. A informação será atualizada assim que a reportagem receber uma resposta da instituição.

(Atualização: em nota, o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo informa que os médicos em questão respondem a processos ético-profissionais que tramitam sob sigilo determinado por lei e dentro dos prazos)

Por Marcos Candido

[Lady Gaga, Ariana Grande e Lizzo aderem a campanha por aborto livre e seguro](#)

Objetivo é aumentar a conscientização sobre as restrições ao aborto nos EUA. Participam do movimento mais de 140 artistas, como Miley Cyrus e Demi Lovato

[\(O Globo, 28/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

As cantoras Lady Gaga, [Ariana Grande](#) e [Lizzo](#) se juntaram à campanha “Bans off my body” (Proibições longe do meu corpo, em tradução livre), da Planned Parenthood — uma organização americana que fornece [cuidados de saúde reprodutiva](#) no mundo todo. O objetivo é aumentar a conscientização sobre as restrições ao [aborto](#) nos Estados Unidos e reforçar a campanha durante festivais de música por meio dos artistas.

Cerca de 140 músicos participam da campanha, entre eles Nicki Minaj, Miley Cyrus, Demi Lovato, Dua Lipa, Billie Eilish, HAIM, John Legend, Bon Iver, Beck, Kacey, Musgraves, Hayley Kiyoko e Sleater-Kinney.

No último ano, leis restritivas contra o aborto foram aprovadas em vários estados dos Estados Unidos. Em maio, o [Alabama](#) aprovou uma lei que [proíbe o aborto](#) até em casos de incesto e [estupro](#). As exceções são muito limitadas, como os casos de gravidez ectópica — quando a gestação ocorre fora do útero.

No vídeo de divulgação da campanha (assista abaixo), várias mulheres aparecem falando frases como “Este é o meu corpo. [São] Minhas decisões. Quando possuímos nossos corpos, somos poderosas, somos livres”, afirma uma das mulheres.

“Não vamos tolerar este ataque à nossa saúde e aos nossos direitos. Isso significa acesso ao aborto legal e seguro. Agora é a hora de nos unirmos”, destaca outra mulher.

Segundo Alexis McGill, presidente da Planned Parenthood, o acesso ao aborto, à saúde e aos direitos reprodutivos “estão sendo atacados como nunca antes e precisamos de todos para revidar”.

— Essas proibições não representam a vontade do povo americano, e é por isso que tantas vozes poderosas e diversas estão falando contra elas. A Planned Parenthood é grata a esses artistas por usarem suas incríveis plataformas para declarar que nossos corpos são nossos, e que, se não forem, nunca poderemos ser verdadeiramente livres ou iguais.

De acordo com o Serviço Britânico de Consultoria sobre Gravidez, uma em cada três mulheres no Reino Unido fará um aborto até os 45 anos de idade.

No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional do Aborto (PNA), realizada pelo Instituto Anis, de Brasília, [uma em cada cinco mulheres de até 40 anos no país já fizeram aborto](#).

[Veja aqui](#) a lista completa de artistas participantes e siga a hashtag #BansOffMyBody nas redes sociais.

Por Joanna Whitehead

CNMP/Enasp lança o Cadastro Nacional de Femicídios

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), lançou, nesta quarta-feira, 28 de agosto, o Cadastro Nacional de Femicídios. Apresentada na forma de Business Intelligence (BI), a plataforma online traz uma nova metodologia para a coleta e monitoramento da quantidade de inquéritos que apuram feminicídios em todo o território brasileiro.

[\(CNMP, 28/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Com uma taxa de 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres, no Brasil, conforme dados da Organização Mundial de Saúde, estima-se que os números são subnotificados e que as dimensões reais da violência fatal de gênero sejam ainda mais graves. Diante desse cenário e do expressivo aumento nos índices de alguns Estados, a Enasp/CNMP entendeu ser urgente

que houvesse qualidade, agilidade e atualidade nas informações sobre feminicídios, de maneira a produzir indicadores úteis.

Assim, foi desenvolvido um sistema específico, com campos padronizados e separados por categorias analíticas - como gênero, raça, idade e escolaridade da vítima-, para atender à necessidade da produção de informações que pudessem, qualitativamente, instruir e fomentar a atuação do Ministério Público no combate ao feminicídio. Além disso, o lançamento do cadastro busca ajudar na construção de políticas públicas de enfrentamento aos números que colocam o Brasil em quinto lugar na lista de países com o maior índice de homicídios de mulheres do mundo.

As informações disponibilizadas pelo cadastro são tratadas a partir dos dados inseridos no sistema pelas unidades do Ministério Público. A descentralização do preenchimento visa a obtenção de dados atualizados e fidedignos referentes aos homicídios violentos de mulheres.

No cadastro, o membro do Ministério Público - bem como o cidadão interessado - encontra informações como a escolaridade das vítimas e o vínculo delas com os autores dos crimes. É possível visualizar ainda os episódios divididos por ano, região, estado, município, tipo (tentado ou consumado) e pela fase em que se encontram.

[Clique aqui](#) para acessar os dados.

Secretaria de Comunicação Social
Conselho Nacional do Ministério Público
Fone: (61) 3315-9424
jornalismo@cnmp.mp.br
Twitter: [cnmp_oficial](#)
Facebook: [cnmpoficial](#)

[Deputadas e entidades civis criticam projeto que extingue cota de candidaturas femininas](#)

Autora do projeto diz que o que está efetivamente em discussão não é o fim da cota

[\(Portal da Câmara dos Deputados, 28/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Parlamentares de diferentes partidos, além de diversas organizações da sociedade civil, se manifestaram contrariamente ao projeto de lei em discussão na Câmara dos Deputados (PL [2996/19](#)) que acaba com a obrigação de que cada partido ou coligação reserve 30% de candidaturas femininas, contida na atual Lei Eleitoral (Lei 9.504/97).

Em debate promovido pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher nesta

quarta-feira (28), entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos se manifestaram contra a proposta, que aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para a ex-ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Luciana Lóssio, a Câmara deveria estar discutindo, na verdade, medidas para garantir a paridade de gênero no Parlamento, a exemplo da Argentina, que promove esse debate neste momento, ou da Bolívia, que já tem garantida cota de 50% das cadeiras para mulheres e tem 52% de mulheres no Parlamento. Enquanto isso, segundo a ex-ministra do TSE, o Brasil tem a pior representação feminina na política da América Latina.

Ela considera um “retrocesso” a proposta que extingue a cota de candidaturas, em um momento de crescimento da bancada feminina na Câmara, que aumentou de 10% para 15% dos deputados nesta legislatura, em relação à anterior. Luciana atribui esse salto à decisão do TSE, em 2018, que garantiu a aplicação de no mínimo 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha às candidaturas femininas nas últimas eleições.

Projeto em discussão

Autora da proposta, a deputada [Renata Abreu \(PODE-SP\)](#) reclama que não foi convidada para o evento. A parlamentar diz que o texto que está efetivamente em discussão é o PL 4130/19, que foi apresentado posteriormente por ela, apensadoao PL 2996/19, e que não acaba com a cota de 30% de candidaturas femininas.

O PL 4130/19 diz que, se os partidos não preencherem a cota, deverão deixar a vaga vazia. “Assim, se os partidos não preencherem, não precisarão tirar um homem”, explica.

Segundo ela, o PL 4130/19 garante o mínimo de 30% de recurso do fundo de financiamento para as mulheres. “Além disso, o voto na mulher contará em dobro para cálculo do fundo partidário”, acrescenta. “Ou seja, os partidos vão ter muito mais incentivo em investir nas mulheres”, avaliou. O texto fixa que, para cálculo da divisão do fundo, serão consideradas as candidaturas registradas nas eleições proporcionais (Legislativo) e majoritárias (Executivo e Senado), incluindo vices e suplentes.

Divisão da bancada

Renata Abreu garante que metade da bancada feminina é favorável a essa proposta, que teria amplo apoio dos partidos na Casa.

Coordenadora da [Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher](#), a deputada [Celina Leão \(PP-DF\)](#) defende a obrigatoriedade da cota de candidatas mulheres e garante que não há uma divisão da bancada feminina sobre o tema.

“Não há uma divisão. A maioria das mulheres está unificada nessa tentativa de não retroceder”, disse. “Existem algumas divergências, uma minoria de mulheres que entende que não precisaria dessas cotas”, completou. “Mas o problema é que não estamos mexendo apenas no direito das deputadas que estão aqui no Parlamento, nós estamos mexendo no direito de todas as mulheres”, acrescentou.

Interesse partidário

Primeira secretária da Câmara, a deputada [Soraya Santos \(PL-RJ\)](#) acredita que algumas integrantes da bancada feminina vem priorizando a defesa dos interesses partidários em detrimento da defesa de mais igualdade entre homens e mulheres. Na visão da deputada, os

partidos têm que investir mais na capacitação das mulheres na política em vez de se posicionar contra as cotas.

Soraya Santos destacou que “quanto mais mulheres na política, mais pautas voltadas para a defesa dos direitos humanos”. Segundo ela, a bancada feminina vem se unindo, por exemplo, para defender os direitos dos idosos e das pessoas com necessidades especiais e as pautas relativas à educação.

Jenny Lenning, ministra conselheira da Suécia, também compareceu ao debate e afirmou que os pilares para uma sociedade igualitária entre homens e mulheres incluem direitos, representação e recursos. O país tem um governo autointitulado feminista e é um dos Parlamentos mais igualitários do mundo em termos de gênero.

Por Lara Haje